

# PLANO DE GOVERNO

## Novas Ideias para Fazer Mais!

José Targino Maranhão  
Governador

João Pessoa  
AGOSTO/2018

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO .....	3
1. RESUMO DO LEGADO DOS GOVERNOS ESTADUAIS DO MDB: .....	8
2. Objetivos do Plano DE GOVERNO .....	11
3. Visão Estratégica do Plano DE GOVERNO.....	11
4. Premissas do Plano DE GOVERNO .....	12
4.1        1ª. PREMISSA: NÃO HÁ SOLUÇÃO PARA A PARAÍBA SEM SOLUÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS E SUAS ESPECIFICIDADES.....	12
4.2        2ª. PREMISSA: A PARAÍBA NÃO TEM PROJETO.....	13
4.2.1      Primeira forma de preenchimento do vazio de projeto: .....	13
4.2.2      Segunda forma de preenchimento do vazio de projeto: .....	15
4.2.3      Terceira forma de preenchimento do vazio de projeto: .....	15
4.3        3ª. PREMISSA: NÃO HÁ SOLUÇÃO PARA A PARAÍBA SEM SOLUÇÃO PARA O SEMIÁRIDO.....	16
4.4        4ª. PREMISSA: INSTRUMENTALIZAR AS DUAS GRANDES FORÇAS CONSTRUTIVAS MANIFESTAS NA REALIDADE DA PARAÍBA.....	17

4.4.1 Força 1: O empreendedorismo emergente.....	18
4.4.2 Força 2: A Inventividade Tecnológica.....	18
5. Eixos de Integração do Plano.....	18
5.1 Eixos de Integração para Uma Gestão Pública Eficiente.....	19
5.2 Eixo de Integração para um Crescimento Sustentável.....	19
5.3 Eixo de Integração para Melhoria da Qualidade de Vida da População.....	19
6. Mapa da Estratégia Proposta.....	21
7. Instrumento de Gestão e Diretrizes de Operacionalizado do Plano.....	21
7.1 Primeira Diretriz: Integração Física da Paraíba.....	23
7.2 Segunda Diretriz: Dotar o Empreendedorismo emergente de meios e oportunidades para que se fomente um ecossistema economicamente favorável..	28
7.2.1 Política Industrial.....	28
7.2.2 Política da Agricultura, Pecuária e Pesca.....	29
7.2.3 Inovação aqui definida a partir do binômio capacitação conjugada com a inventividade tecnológica popular.....	34
7.3 Terceira Diretriz Choque de Gestão para requalificação das demandas imediatas .....	37
7.4 Quarta Diretriz Choque de Gestão para otimização das demandas transversais mediatas.....	61
CONCLUSÃO.....	84

## APRESENTAÇÃO

O presente documento foi concebido não como um mero Plano de Governo, tão típico do personalismo político presente tanto no nosso Estado como no nosso país. Trata-se, sim, de um plano formulado como uma estratégia de desenvolvimento estadual, sem a qual o futuro permanecerá incerto.

Para isso, precisa ser construído como projeto coletivo, de baixo para cima, sob a orientação de quem já fez, sabe como fazer e traz consigo a luz das experiências positivas vivenciadas na Paraíba.

Planejar é verbo transitivo direto. Significa elaborar o plano, projetar. Em se tratando do Estado, o que planejar? Políticas operacionalizáveis capazes de propiciar, o mais rápido possível e em nível crescente e sustentável, o bem estar para o povo.

O planejamento se inicia sobre o alicerce do conhecimento da realidade. Esta é amálgama, produto híbrido de dimensões influentes o suficiente para determinarem a evolução positiva ou negativa dos segmentos urdidores do econômico e do social.

Feliz o Estado que superou o subdesenvolvimento e, já em contexto relativamente ordenado e bem mapeado (embora não imune às crises), se permite incumbir sua burocracia da prazerosa tarefa intelectual de otimizar o bom, fazendo-o melhor.

Nesses "paraísos", mortalidade infantil, analfabetismo e fome não ocupam o topo da lista de prioridades a serem atacadas pela inteligência estatal. Nos países ditos desenvolvidos, via de regra, direitos civis ocupam o lugar das mazelas que continuam a nos assombrar.

É realista afirmar que, assim como o Nordeste, **a Paraíba não tem projeto**. Foi-se o tempo em que era possível escolher uma única linha de atuação – como a indústria o foi para o Nordeste sonhado pela SUDENE – e nela concentrar esforços para reproduzir experiências exitosas no universo sudestino.

Na Paraíba, a concentração assimétrica de atenção governamental produziu bons resultados em determinados setores, mas a descontinuidade do esforço feito por um governo que finda tem sido a regra. Como consequência, não há aproveitamento articulado das heranças governamentais em um contexto planejado. A falta de planejamento impede que, por exemplo, a infraestrutura implantada por um governo seja aproveitada pelo subsequente enquanto meio para se atingir fins conhecidos e desejados.

A realidade do nosso tempo não se rende em seu caráter fragmentado e multifacetado a nenhuma formulação analítica, tal é a sua complexidade. Se não se trata de algo complexo, bastava modelar, determinar seus parâmetros, e alterá-los ao longo do tempo, corrigindo o curso como o faz um navegador, levando a sociedade ao futuro mais desejável.

Olhando a questão da perspectiva regional, a bancada nordestina no Congresso Nacional, coesa, teria plenas condições de cobrar seu peso em ouro, ou melhor, em atenção dirigida à realização de potenciais e vocações locais, inclusive o resgate da dívida da nação brasileira para com uma região tornada cada vez mais periférica após perder a prevalência econômica, social e política que deteve por mais de 200 anos.

Aqui, no estado de subdesenvolvimento em que as dificuldades reforçaram-se em consequências e adiaram a solução de problemas estruturais, impõem-se exatamente a solução para o que é estrutural. Aqui, não necessitamos da futurologia ou de modernas técnicas deterministas ou probabilísticas de planejamento estratégico para se saber que é inaceitável ter-se hospitais superlotados, quando a esmagadora maioria da população padece na precariedade de não poder pagar plano privado de saúde.

Aqui, são dispensáveis os diagnósticos quantitativos ou modelos matemáticos transcendentais de mapeamento de indignidades para se eleger o combate à mortalidade infantil como uma das prioridades. Aqui, fenecem as conjecturas e avaliações tipo oráculo Delphi, entre outras elegantes ferramentas de prospecção, diante do aviltante número de internações hospitalares de crianças sem acesso a saneamento básico. Isto em pleno século XXI!

Por isso, os governos anteriores do MDB deram tanta ênfase em adutoras capazes de anular a insegurança hídrica quantitativa e qualitativa que remete nossas cidades à Idade Média. Aqui, segundo recente estudo publicado pelo UNICEF, o semiárido consegue ter índices de analfabetismo de crianças e adolescentes ainda piores do que os nada aceitáveis valores regional e nacional.

Como não reconhecer a necessidade de redução desta semente de desigualdade como premência? Como justificar à sociedade o abandono ou o simples fechamento de escolas quando o planejamento mais comezinho indica a direção contrária. O mesmo vale para a malha rodoviária que se além de recuperada precisa ser preservada com uma estratégia de manutenção preventiva perene, o aparelhamento da segurança pública e a reconstrução do patrimônio público entregue às intempéries do tempo e à sisudez do acaso, o qual, para exibi-la, não demanda mais do que omissão do poder público em cumprir seu dever de cuidar do que é do povo.

Por essas e outras razões os gestores públicos, muitas vezes, são obrigados a tão somente administrarem a conjuntura, como ocorreu na súbita assunção ao poder pelo MDB em 2009. No mais recente e curtíssimo mandato governamental capitaneado pelo MDB, os gestores se viram obrigados a lançarem mão de instrumentos imediatos de combate às iniquidades imediatas. Eram urgências que desfilavam acintosamente à vista das elites cegas e encasteladas.

Diante de quadros como aquele encontrado em 2009, a palavra de ordem era reconstrução e o Estado viu-se obrigado a gerir a conjuntura, em quase sua totalidade, marcada por estado emergencial, isso devido ao longo processo judicial em que se converteu o pleito de 2006. A insegurança em torno da permanência no poder (perdido em 16 de fevereiro de 2009) atirou o governo da época ao estado letárgico.

Ainda hoje, os mais de 250 milhões de Reais investidos em projetos como Várzeas de Sousa não permitiram sequer o Canal da Redenção cumprir sua função instrumental de levar água para realizar um potencial até então latente. O que

dizer da tarefa ainda mais difícil de emancipar um distrito de irrigação que sequer produz?

Não há que se reinventar a roda para saber que, se queremos deslanchar finalmente o Setor de Turismo, à parte a elaboração de política específica (incentivos, capacitação, etc.), infraestrutura é basilar. Por essa razão, o MDB tanto trabalhou pelo Centro de Convenções de João Pessoa.

Ainda que, em 2009, fosse uma proposta sem o charme do ineditismo (muitas vezes oco), sabia-se ser um aparelho indispensável. Até o presente, o Polo Turístico do Cabo Branco permanece como esteve na década de 1980 sob a denominação de Costa do Sol.

Se queremos um ramal da Ferrovia Transnordestina necessário se faz pensar em elementos que a faça ser viabilizada; nesse diapasão o pensamento estratégico sistêmico orienta para a necessidade de abrir saída oceânica compatível e corrobora com a prospecção de um polo de produção de alimentos possível de ser viabilizada através da irrigação de mais de 16 mil hectares no entorno do canal Acauã-Araçagi e revitalização das várzeas de Sousa, e liga ao planejamento e prospecção de investimentos para aproveitamento das jazidas de mineiro de ferro do sertão e de minérios não ferrosos do Cariri e Seridó.

Todos os elementos precisam ser integrados dentro de uma visão sistêmica com o comércio e mercado global e para tal precisa ser acessado através da implantação de uma ampla cadeia logística que tem no porto de águas profundas da Paraíba a sua rota de comunicação, tal cenário é plenamente viável e factível através da formação de parcerias com a iniciativa privada e com a atração dos investimentos.

Conforme veremos, o presente Plano propõe um elenco de iniciativas capazes de gerar uma dinâmica de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo, articulada **não como uma mera lista de ações**, mas um conjunto harmonioso, fundado em premissas realistas e diretrizes com o poder de engendrar realidade desejável.

Assim, para a Paraíba superar os grilhões do subdesenvolvimento, é imperativo que se mude o conceito norteador do governo estadual, é imperativo que se absorva um novo paradigma gerencial em nosso estado e se modernice a máquina pública. Tal desafio só será consolidado com a tríade Liderança, Autoridade e Legitimidade para quebrar as correntes do atraso e impor ao Estado um modelo de gestão integrada sistemicamente formulada a partir de três Eixos: 1) Integração para uma Gestão Eficiente, 2) Integração para o Crescimento Sustentável e 3) Integração para Qualidade de Vida.

Dentro dos Eixos de Desenvolvimento propostos, passaremos a construir Programas integrados de forma transversal a estratégia gerencial apresentada, eliminando o desperdício de recursos, sobreamento de ações e pondo o Planejamento como pedra angular do governo. O Planejamento, Transparência e Equilíbrio Fiscal são os três vértices de sustentação do Planejamento Sistemático do Governo.

As soluções mágicas e os discursos messiânicos devem ficar no passado. Não há mais espaço para o mero estofo midiático e retórico, de céleres resultados alucinógenos, mas distantes do desenvolvimento que se aúfere com **trabalho de verdade**, guiado pelo planejamento, cujos frutos, por serem reais, demandam tempo para serem colhidos.

**José Targino Maranhão**  
**Candidato a Governador**



## **1. RESUMO DO LEGADO DOS GOVERNOS ESTADUAIS DO MDB:**

Um breve olhar no passado evidencia a prodigalidade de governos capitaneados pelo MDB na preparação de plataformas para o futuro, as quais, em alguns casos, não puderam surtir os efeitos esperados. Isso em decorrência de alternâncias de poder que não fizeram valer o benefício democrático que daí resulta, posto que impuseram ao Estado descontinuidades e/ou abandonos de projetos. Assim, cercearam a realização do potencial semeado por governadores como José Maranhão, cujo legado não pode ser negligenciado, mas sim continuado, pois norteia o Plano que aqui será exposto. Exemplifica-se ligeiramente, longe de exaurir a semeadura:

**No Saneamento:** Foi o governo de Zé Maranhão que trouxe para a Paraíba o conceito de interligação de bacias hidrográficas. *Resultado:* A lata d'água na cabeça (em pleno século XXI), principalmente na cabeça das mulheres, para quem em geral sobra essa tarefa, foi substituída pelos grandes sistemas adutores controlados por computadores de última geração e interconectados através de emissores de ondas eletromagnéticas. *Em resumo:* Foi-se, para muitas regiões da Paraíba, a arcaica e odiosa lata d'água e vem tecnologia de ponta capaz de levar água de qualidade por dezenas de quilômetros, subindo ladeira, transpondo serras até chegar à torneira das casas.

**Na infraestrutura de armazenamento de água:** Foi o governo do MDB (Zé Maranhão) que implantou o maior programa de recursos hídricos da história da Paraíba: o Plano das Águas. Em números resumidos, o Plano das Águas trouxe, com a construção das barragens de maior porte (14 grandes barragens), um acréscimo de 30% no volume de armazenamento de água em relação à toda açudagem implantada ao longo do século XX. São barragens para múltiplos usos. As águas servem ao abastecimento público, irrigação, piscicultura, carcinicultura e uso industrial. Mais de 2,5 milhões de paraibanos foram beneficiados direta ou indiretamente em barragens espalhadas em todas as regiões do estado, totalizando um investimento de 678,7 milhões de Reais.

**Na agricultura irrigada:** Considerando apenas os projetos de maior porte, foram cerca de 8.500 hectares contemplados. Os principais projetos estruturantes foram: Várzeas de Sousa (5.100 hectares), Piancó I (524 hectares), Piancó II (1.000 hectares), Piancó III (1.000 hectares) e Lagoa do Arroz (1.000 hectares), totalizando um potencial de empregos gerados: 25.500 empregos (diretos e indiretos). Em termos de fruticultura, não fosse o abandono dos irrigantes à própria sorte, teríamos um total médio da ordem de 425 mil toneladas, cujo valor da produção, considerando, por exemplo, a banana como cultura preferencial, resultaria em um montante financeiro da ordem de 355 milhões de Reais. Na infraestrutura hoje debilitada desses projetos foram investidos, em valores atualizados, cerca de 354,2 milhões de Reais, ao longo das gestões do MDB, capitaneadas por Zé Maranhão.

**Nos sistemas adutores de abastecimento de água:** Entre sistemas adutores construídos ou deixados em execução pelos governos do MDB, foram mais de 1.200 km de adutoras. Se os tubos empregados na implantação dos sistemas fossem colocados ao lado da BR-230, seriam suficientes para interligar João Pessoa a Cajazeiras indo e voltando. Nunca na Paraíba foram construídos sistemas de adução de água tão longos e abrangentes, verdadeiras transposições de bacias, levando para as cidades a água dos grandes açudes, aqueles com maior capacidade de fornecimento, capazes de oferecer a segurança hídrica merecida pela população. Para grande parte da Paraíba, paliativos indignos e desumanos, utilizados geralmente no abastecimento de água nos estados do nordeste, foram sepultados nos governos do MDB. Sistemas adutores como Cariri e Congo, além de abastecerem as cidades, dispõem de chafarizes para atendimento de comunidades rurais com água tratada. O programa de adutoras, em parte realizado em parceria com o Banco Mundial, recebeu por diversas vezes o reconhecimento daquela instituição, que chegou a citar a Paraíba como exemplo de boa gestão de água e modelo para outros estados nordestinos. Dados da Organização Mundial da Saúde mostram que para cada 1 real investido em saneamento são economizados 5 reais em saúde pública. Assim, a economia propiciada pelo programa de adutoras do MDB foi da ordem de 1 bilhão de reais e, o que é mais importante, foram poupadas vidas humanas, com redução da mortalidade infantil, e diminuição do número de internações hospitalares por doenças provocadas por água de baixa qualidade,

como a de cisternas e barreiros. Ao todo, foi diretamente beneficiada uma população de 853 mil pessoas. Somados, foram investidos 798,11 milhões de Reais.

**No Turismo:** Além de implantar a PB-008, rodovia com forte viés turístico, foi o governo Maranhão que melhor mensurou o potencial de um Centro de Convenções como infraestrutura portadora de futuro. Por essa razão, em 2009, o governador Maranhão, pessoalmente, trabalhou e conseguiu destravar o Polo Turístico do Cabo Branco e, com ele, o projeto do Centro de Convenções de João Pessoa, uma referência arquitetônica de modernidade com suas linhas arrojadas e conceitos de sustentabilidade ambiental incorporados. Ou seja, saiu a ocupação desordenada e predatória de área nobre do litoral sul da Paraíba (embargada havia mais de 20 anos) e entrou o novo, o moderno, o ambientalmente correto, o conceito de ecoturismo e a geração democrática de emprego e renda para a população, em particular, para os jovens.

**Na Saúde:** Foi o governo Maranhão que dinamizou e concluiu as obras do maior hospital de trauma do Nordeste (mais de 22 mil metros quadrados de área construída), localizado em Campina Grande, com quase R\$ 100 milhões em equipamentos, nacionais e importados, que correspondem à última palavra tecnológica nessa área da medicina. Em João Pessoa, construiu o Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena, equipamento cuja importância dispensa comentários.

**Nos Transportes:** Foi o governo Maranhão o autor do redesenho e do desembarço do Programa de Pavimentação e Recuperação de Estradas da Paraíba, financiado pela CAF – Corporação Andina de Fomento, propiciando a pavimentação de 569km e a recuperação de 650km em todas as regiões do estado. Foi também o governo do MBD que duplicou a BR-230 no trecho entre João Pessoa e Campina Grande.

**Na Agricultura:** Foi o governo Maranhão que construiu e, em breve mandato de apenas 22 meses (02/2009 a 12/2010), resgatou o Projeto Várzeas de Sousa, propiciando a irrigação tecnológica dos pequenos produtores com a cessão de equipamentos israelenses, expoentes na tecnologia de irrigação no mundo. A água é dosada às plantas com microaspersores, equipados com filtros, tendo aplicação

automática e simultânea de fertilizantes, além de relógios programáveis para ligar e desligar o sistema nos horários definidos pelos irrigantes.

**Na Tecnologia da Informação:** O governo do MDB deu início à implantação do projeto de integração, via fibra ótica, das cidades de Campina Grande e João Pessoa, com o fito de permitir fluxo de informações imensamente superior à internet convencional e possibilitar a transmissão de informações e imagens em tempo real. Uma das aplicações na área da medicina é possibilitar a participação de especialistas à distância, em cirurgias em curso na outra ponta da rede óptica.

**Na Eletrificação rural:** Foi o governo do MDB que estendeu o benefício da luz elétrica a todos os recantos do estado, apagando o último candeeiro onde o passado persistia e deixava os mais humildes literalmente na treva.

## **2. OBJETIVOS.**

O objetivo capital do plano é desenvolver a Paraíba. Para isso, a atuação governamental partirá de uma concepção que reformula os conceitos e paradigmas vigentes no nosso estado.

Constrói um novo ideário que delinea o modelo de desenvolvimento a ser adotado pelo governo do MDB a partir de 2019 e implanta no Governo Estadual a cultura do **Planejamento, Transparência e Gestão Fiscal** sob o olhar direcionado ao futuro com interseções de curto, médio e longo prazos sob o espectro do **Desenvolvimento Sustentável** amarrado pela **Gestão Sistêmica com foco em Resultados**.

O núcleo do Planejamento aqui proposto é a busca por um novo paradigma de gestão, saindo do convencional e construindo o diferente através da ênfase na priorização, qualidade e produtividade dos serviços e obras; equilíbrio fiscal e financeiro com foco na qualidade e produtividade do gasto; redução de privilégios; gestão ativa do capital político e das expectativas da sociedade e do combate ativo à corrupção.

## **3. VISÃO ESTRATÉGICA.**

Construir uma Paraíba Justa, Produtiva, Inovadora e Desenvolvida.

O modelo de desenvolvimento que se propõe visa:

- Ampliar as oportunidades para aprender, trabalhar e produzir;
- Converter essa ampliação no motor do crescimento;
- No mesmo movimento, ancorar o social na maneira de organizar o econômico, afirmando a primazia do trabalho e da produção, ação e pensamento sistêmico.

Para que o modelo possa começar a surtir efeito, faz-se necessário a implementação de dois conjuntos de ações que:

- Corrijam deficiências estruturais;
- Propiciem os instrumentos com os quais o modelo entra em operação.

#### **4. PREMISSAS DO PLANO DE GOVERNO:**

##### **4.1. 1ª. Premissa: Não há solução para a Paraíba sem solução para os municípios e suas especificidades.**

##### **Justificativa:**

A Paraíba está dividida em 04 mesorregiões: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão. Nas três últimas mesorregiões, inseridas no semiárido, estão 55,6% da população do estado e correspondem a 90,7% da área do estado. A Mata Paraibana abriga 44,4% da população em apenas 9,3% da área do estado. Por isso a disparidade na densidade demográfica: 215 habitantes/km<sup>2</sup> na Mata Paraibana, contra 43 habitantes/km<sup>2</sup> das demais mesorregiões sob a geografia da semiaridez.

Dos 223 municípios, 170 se encontram no espaço físico do semiárido. Tal configuração está refletida de forma clara na distribuição da riqueza: é crescente a concentração do PIB e da população na Mata Paraibana.

Em grande medida, é a falta de Políticas Públicas adequadas, abrigadas em um modelo de desenvolvimento que faça uso sustentável das potencialidades regionais, que contribui para esse quadro. Conjunto de causas análogas explica em parte a inversão da evolução histórica da população urbana e rural que, em 1940 exibiu um

percentual de 22% vivendo nas cidades e 78% na zona rural. Sete décadas depois, em 2010, esses números se inverteram.

#### **4.2. 2ª. Premissa: A PARAÍBA NÃO TEM PROJETO.**

##### **Justificativa:**

A desagregação de órgãos de planejamento regional como a SUDENE e a emergência da postura do “cada um por si” adotada pelos estados do Nordeste trouxe uma fragmentação que parece ter se convertido no desestímulo ao planejamento. Na Paraíba, atualmente, não se tem notícia de planejamento nos moldes que correspondam o significado da palavra.

A falta de projeto faz com que os gestores que assumem os destinos do estado não consigam ir além da mera gestão da conjuntura com a qual se deparam, e a enfrentam sem a arma do planejamento.

Na melhor das hipóteses, o que na Paraíba, inapropriadamente, se designa por plano, se restringe à recuperação de passivos de infraestrutura em determinados setores, cujas debilidades já mobilizavam a população na exigência de uma saída para a situação.

Na Paraíba, como em outros estados, a “guerra política” restringe o pensar a longo prazo e apequena as iniciativas mais meritórias ao espaço temporal de um mandato. Isso induz nos gestores uma espécie de “amor paternal” pelas iniciativas contidas no espaço de tempo em que ocupou o poder, fazendo o debate político ceder espaço precioso para discussões menores sobre autoria e, mais veementemente, sobre a negativa de qualquer contribuição que o adversário ou mesmo um aliado tenha tido naquela realização. **Essa é a forma mais paraibana de se preencher o vazio de ausência de projeto.** As demais, comentadas a seguir, são comuns a todo o Nordeste.

##### **4.2.1. Primeira forma de preenchimento do vazio de projeto:**

A formulação de um plano precisa ousar e enfrentar o que de mais difícil há na luta para alcançar o desenvolvimento: mudar as estruturas, as instituições, as capacidades das pessoas. O que vem ocorrendo no Nordeste como um todo é a desistência do enfrentamento dessa dificuldade para, como fuga, concentrar todo o foco em grandes obras de infraestrutura, sem que essas, muitas vezes, sequer tenham sido selecionadas e consideradas em termos aproveitamento dentro de uma estratégia abrangente de desenvolvimento.

A Transposição do Rio São Francisco **é o exemplo mais concreto de aposta equivocada em que uma obra de infraestrutura possa vir a ocupar o lugar de toda uma estratégia de desenvolvimento**, no bojo da qual essa importante obra não pode ser algo mais do que instrumento.

Sem transcender sua função instrumental como ação de infraestrutura, a Transposição constitui-se eixo estruturante para o desenvolvimento socioeconômico, à medida que possibilita água não só para atender a demandas de água para a sobrevivência das pessoas, mas também demandas associadas a setores usuários de substancial influência nas condições socioeconômicas das bacias receptoras da Paraíba. Insere-se, por isso, como condição de sustentabilidade para cenários futuros que não contemplem controle populacional estratégico ou evacuação da área, historicamente uma das providências emergenciais mais frequentes (o próprio Celso Furtado considerou necessária a transumância do semiárido para o Maranhão). **Imprescindível é pensar no que fazer para projeto dessa envergadura auferir máxima utilização num novo modelo de desenvolvimento que gere inclusão social.**

O atual governador da Paraíba, assim como outros postulantes ao cargo, parece crer que a transposição é dotada de poderes mágicos, com os quais, uma vez concluída a obra, dar-se-á o milagre da multiplicação dos pães a partir da mera presença da água fornecida com segurança pelo Velho Chico. Em suma, a Paraíba não tem planos para conviver com essa nova realidade advinda com a Transposição: a superação da velha restrição ambiental da esporádica escassez de água a golpear aleatoriamente a economia estadual pela falta de segurança hídrica agora propiciada pelo projeto.

A pergunta que explicita essa constatação é simples: Se a transposição estivesse concluída, quais os usos previstos no contexto de um plano de desenvolvimento do estado? **O atual governo e outros postulantes não têm respostas para isso para além da retórica oca.**

Deixar que grandes obras de infraestrutura ocupem o vazio da ausência de projetos é render-se a lei do menor esforço, omitindo-se de pensar mudanças nas estruturas, nas instituições e nas capacidades das pessoas, o que somente pode ser alcançado com planejamento.

#### **4.2.2. Segunda forma de preenchimento do vazio de projeto:**

A ausência de projeto é também preenchida pela busca por incentivos e subsídios, como tradicionalmente ocorria no período áureo da SUDENE. Não que incentivos e subsídios não sejam legítimos ou necessários.

É bem sabido que a Paraíba possui baixíssima capacidade de investimento com recursos próprios. Por outro lado, pouco favorável aos estados é o modelo distributivo das receitas, marcado por forte concentração da arrecadação nos cofres da União.

A Paraíba, assim como os outros estados nordestinos, depende fortemente da União para realizar o necessário ao seu desenvolvimento. O grande problema é que, geralmente, em função da ausência de projeto, confunde-se subsídios e incentivos, meros meios, com fins. O verdadeiro papel dos subsídios e incentivos, enquanto meios, é o de ajudar a executar um projeto. A degeneração de meios em fins fragiliza a argumentação e evidencia as iniciativas como meramente pontuais, desvinculadas de um todo, de um plano sustentável e coerente, robusto em sua lógica.

#### **4.2.3. Terceira forma de preenchimento do vazio de projeto:**

Nessa terceira forma de preenchimento, a ausência de projeto é substituída por duas ilusões nascidas possivelmente do carcomido e superado debate sobre os méritos dos modos de produção capitalista e socialista.



Parte do que restou de todo esse debate foi herdado no Nordeste como sendo:

(i) De um lado o que vem sendo chamado de "pobrismo", ou seja, a valorização excessiva de projetos do tipo "Gandhiano", muito difundidos por algumas instituições governamentais e não governamentais que exaltam tais projetos como a redenção da pobreza;

(ii) Por outro lado, o mito paulistano-fabril, ou seja, o fascínio pelo modelo de industrialização implantado no sudeste em meados do século XX, em desarmonia com a realidade do mundo globalizado.

Tradicionalmente, a ilusão da ênfase nos projetos "Gandhianos", os quais, com raras exceções, apostam em empreendimentos de escala e cunho artesanal (microempreendimentos, pequenas cooperativas, etc.), encontram no semiárido seu espaço mais aberto de disseminação. Não é coincidência o fato de ser a mesma região, a mais carente de ações coordenadas, abrigadas em um planejamento verdadeiramente transformador.

O semiárido tem sido insistentemente convencido a confiar-se nessas iniciativas "Gandhianas" que, efetivamente, sequer chegam a arranhar a robusta camada com que se reveste o subdesenvolvimento e a desigualdade social evoluída em séculos de paliativos em ambiente de semiaridez. **Têm sua importância, pois ajudam a evitar o pior.**

A segunda ilusão concerne na não percepção de que, mundo afora, o chamado "Fordismo industrial", inspiração e base da industrialização implantada no Sudeste, está sendo substituído por um modo de produção descentralizado e flexível, onde o conhecimento e a vocação à inovação emergem como característica marcante. Estreita-se nesse novo modelo o elo entre o ensino, o aprendizado, a qualificação e a inventividade, cada vez mais diferencial no mundo competitivo.

**4.3. 3ª. Premissa: Não há solução para a paraíba sem solução para o semiárido.**

O plano aqui proposto rompe com a tendência histórica de deixar o semiárido entregue às ações físicas e sociais que apenas atenuam o sofrimento sem atacar suas causas. Assim florescem como promissores, para muito além do real poder transformador que têm, os projetos "Gandhianos" que perpetuam o chamado "pobrisimo", não muito distantes da caricata imagem de serem programas de manutenção da pobreza.

É absurdo deixar que essa situação perdure. Ausência de projeto para o semiárido coloca a região que abriga mais de 55% da população da Paraíba como uma espécie de peso a limitar a evolução do estado como um todo e contamina tudo o que se fizer nas demais mesorregiões da Paraíba, prevalecendo, sem controle, as forças concentradoras da renda, da riqueza e do poder.

A multiplicação injustificada de municípios na Paraíba e o crescimento do número de aposentadorias rurais, além da insustentabilidade da agricultura tradicional são parte do que se denomina "economia sem produção" e representa reações inadequadas a uma realidade que, enquanto artefato resultante da ação humana, precisa ser remodelado.

Omitir-se em relação ao semiárido implica perpetuar seu papel secundário de "exército de reserva": manancial quase inesgotável de trabalhadores pobres, a exercer efeito deprimente sobre a situação do trabalho e sobre as organizações da sociedade na região onde se concentrariam as atividades econômicas mais produtivas: a zona da Mata Paraibana.

Não se pode permitir o desperdício do potencial do semiárido. Não se pode deixar de reconhecer a força dos vínculos associativos cimentados em consolidada identidade coletiva. Essa é uma característica que o presente plano não negligencia. Pelo contrário, entrona-a na liderança da construção de regime social que privilegia a autonomia e a cooperação na solução que propõe.

**4.4. 4ª. Premissa: Instrumentalizar as duas grandes forças construtivas manifestas na realidade da Paraíba.**

As duas principais forças a serem devidamente instrumentalizadas, cuja soma gera crescimento com inclusão, são:

**4.4.1. Força 1: O empreendedorismo emergente:** Deve ter as pequenas e médias empresas como veículo e a classe média, em particular seus componentes que vieram “de baixo”, que labutam e paralelamente estudam no terceiro turno, anseiam por crédito, familiarizam-se cada vez mais com tecnologia, como preferenciais agentes sociais. Exemplo dessa força é a emersão, apesar das dificuldades, de contornos do que pode se tornar um grande polo de confecções em Cajazeiras, desde que o empreendedorismo seja corretamente instrumentalizado.

**4.4.2. Força 2: A Inventividade tecnológica:** A capacidade de improvisação e a inventividade são marcas do nordestino, em particular do paraibano. No semiárido, apesar das adversidades e condições desfavoráveis, surpreendem os resultados dessa marca do povo. Apenas a título ilustrativo, fornece-se um exemplo simples, mas eloquente dessa força criativa: um agricultor do semiárido, diante da necessidade de irrigar seu lote no distrito de Várzeas de Sousa, fez uso de hastes flexíveis conectados à mangueiras, criando assim um eficiente microaspersor, sistema com o qual viabilizou cultivo orgânico de hortaliças. A produção foi integralmente exportada para Santa Catarina. Outro exemplo óbvio da marca de inventividade que se impõe e sobrepuja adversidade e falta de apoio relaciona-se com a aptidão para informática manifesta em João Pessoa e Campina Grande, onde sobejam exemplos de criações bem-sucedidas em software e componentes eletrônicos.

## **5. Eixos de Integração do Plano:**

O Plano é estruturado sob três Eixos de Integração Estratégica, a ideia aqui apresentada é construída sob o conceito gerencial do Balanced Scorecard (BSC), que é uma ferramenta de planejamento estratégico na qual a organização tem claramente definidas as suas metas e estratégias, visando medir o desempenho organizacional através de indicadores quantificáveis e verificáveis, o método consiste em determinar de modo balanceado as ligações de causa e efeito entre os indicadores de avaliação.

Assim, o plano de governo aqui apresentado está estruturado sob três Eixos Estratégicos que contem em seu Escopo 12 Programas Temáticos Estruturantes, despostas da Seguinte forma:

**5.1 Eixo de Integração para Uma Gestão Pública Eficiente**, objetivando construir uma estratégia de gesto publica eficiente, geradora de Resultados e próxima a sociedade. O Eixo é Estruturado sob dois programas:

i) Gestão eficiente e dinâmica, que busca garantir o equilíbrio fiscal e melhoria da qualidade e eficiências dos serviços publico;

ii) Transformar por meio das pessoas, que busca a motivação e o desenvolvimento dos serviços públicos, através de estratégias organizacionais de gestão do capital humano e valorização do Servidor Público Estadual.

**5.2. Eixo de Integração para um Crescimento Sustentável**, objetiva estimular e fomentar a construção de uma economia dinâmica, competitiva com crescimento sustentável. O Eixo é Estruturado sob três programas:

i) Economia sustentável e competitiva, que busca promover o desenvolvimento segmentado por regiões, de forma inclusiva e diversificada, aproveitando todo o potencial latente destas e suas vocações em atenção especial à economia rural por meio de apoio a agricultura familiar e ao agronegócio e à economia urbana com ações de apoio a micro e pequenas empresas e atração de medias e grandes empresas para as regiões mais carentes da Paraíba;

ii) Infraestrutura integrada, diversificada e dinâmica, objetivando promover a construção e manutenção de uma infraestrutura de qualidade, proporcionando mais competitividade e desenvolvimento para o estado;

iii) Ciência, tecnologia e inovação, objetivando criar um ambiente favorável para a pesquisa desenvolvimento tecnológico e inovação.

**5.3. Eixo de Integração para Melhoria da Qualidade de Vida da População**, a ideia centra-se sobre o fortalecimento da cidadania do paraibano assegurando a

melhoria dos serviços públicos com a lógica da eficiência e eficácia, voltadas para assegurar o cumprimento das demandas imediatas apresentadas pela população ao Estado no cumprimento de sua missão institucional.

O Eixo é Estruturado sob sete programas:

i) Educar para crescer, objetivando garantir uma educação pública de qualidade e formação profissional antenada com a realidade econômica e social;

ii) Pacto pela juventude, articula ações que garantam a promoção de políticas públicas efetivas de proteção e defesa da juventude;

**OBS:** os programas i e ii do presente Eixo, possui estreita ligação e sinergia a ponto de consolidarem uma estratégia singular direcionada para a construção do futuro, prospectando resultado específico para proteção juvenil através da educação, esporte e cultura minimizarmos a porcentagem de jovens de 15 a 29 anos que não estudam, não trabalham e não buscam emprego, enfrentando a triste realidade da Paraíba que possui um dos maiores índices nacionais.

iii) Saúde integral, garantindo o acesso, a integralidade e a qualidade da atenção a saúde;

iv) Melhoria de condições de vida, nele são agrupadas todas as ações que visam contribuir para a melhoria das condições de vida e promoção do bem-estar da população, como saneamento básico, habitação e moradia;

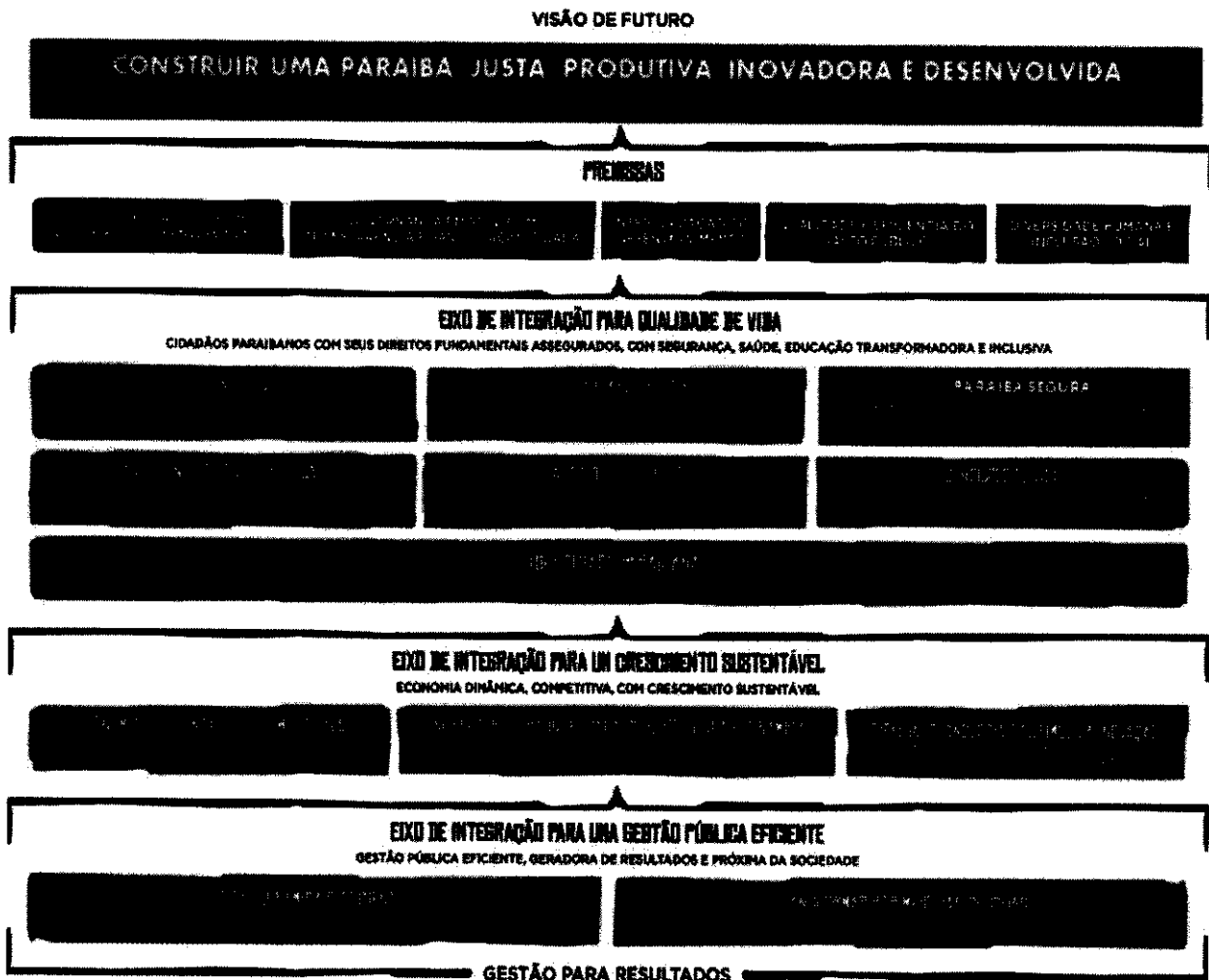
v) Paraíba Segura, cujo foco é uma sociedade segura, com menos violência e criminalidade;

vi) Assistência social e proteção, busca o fortalecimento da rede de assistência, proteção e defesa social;

vii) Fortalecimento da identidade paraibana, o presente programa apresenta-se como uma estratégia de ação transversal que busca construir uma Paraíba singular, competitiva e criativa na cultura, no esporte, no turismo, na economia criativa, na

inovação, o foco é fortalecer o sentimento do Ser Paraíba, do Amar a Paraíba, busca-se fortalecer a nossa identidade a partir do Paraibano!

## 6. Mapa da Estratégia Proposta.



## 7. Instrumentos de Gestão e Diretrizes de Operacionalização do Plano.

O Plano de Governo ora apresentado, foi formulado dentro de uma estratégia realista, formatada dentro de horizontes temporais estruturados em curto médio e longo prazos. A interação temporal é formatada a partir dos instrumentos legais de planejamento, Plano Plurianual PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e Lei Orçamentaria Anual LOA.

As conexões entre os elementos de planejamento se darão conforme observado no gráfico abaixo, a gestão foca todos os esforços para construção da Visão de Futuro

dentro de um horizonte temporal, a partir daí os Eixos de Integração fazem a conexão sistêmica das estratégias a prática diárias, trazendo a estratégia para o cotidiano e a traduzindo para todos os colaboradores do governo.

Os 12 programas temáticos que compõem os três eixos de desenvolvimento, são realizados a partir de uma série de ações programadas e orçamentadas, trazendo ao fim do ciclo a execução financeira e orçamentária para um nível extraordinário de importância, pois dentro do presente modelo, o orçamento é peça fundamental de gestão e elemento de direcionamento estratégico.

<b>PARAÍBA DE FUTURO</b>	<b>2035</b>
<b>PRA</b>	<b>2020 - 2023</b>
<b>LOA</b>	<b>2020</b>
<b>LOA</b>	<b>2019</b>

Diretrizes norteiam o presente plano:

- (i) A preparação do substrato infraestrutural necessário como palco das transformações que a implementação do plano pretende provocar;
- (ii) Instrumentalizar as duas grandes forças construtivas de uma nova Paraíba: o Empreendedorismo urbano e rural e a Inovação aqui definida a partir do binômio capacitação conjugada com a inventividade tecnológica popular;
- (iii) Choque de Gestão para imediata requalificação das demandas imediatas (Educação, Saúde, Segurança e Gestão Fiscal);
- (iv) Choque de Gestão para otimização das demandas transversais mediatas.

### **7.1. 1ª. Diretriz: Integração Física da Paraíba.**

A unificação física da Paraíba refere-se às integrações hidráulica, ferroviária, rodoviária, portuária e aeroportuária.

#### **INTEGRAÇÃO HIDRÁULICA E AÇÕES SANITÁRIAS:**

- Implantação de Programa de Universalização do Saneamento Básico: Abastecimento de Água, Coleta e tratamento de esgotos, coleta e deposição adequada de resíduos sólidos.
- Implantação da 2ª. Etapa da Adutora Translitorânea para a Grande João Pessoa;
- Implantação do Ramal do Piancó a partir da Transposição do rio São Francisco;
- Implantação do Canal do Sertão da Paraíba: Partindo das encostas da ombreira direita do reservatório de Coremas (Sistema Coremas-Mãe D'Água), a proposta é construir um canal que se desenvolva do citado reservatório na direção leste. Com esse trajeto, torna-se possível o abastecimento sistemático, a partir das cabeceiras, dos cursos de rios que cortam a Paraíba de sul para norte e integram a bacia hidrográfica do Piranhas-Açu.

#### **INTEGRAÇÃO FERROVIÁRIA:**

Consolida-se assim como justificada a proposta de interligação ferroviária entre o Oeste e o Litoral da Paraíba (**Ramal da Transnordestina**), para viabilizar a exploração e a exportação de minério de ferro e outros minerais beneficiados, assim como a fruticultura e a produção agroindustrial, transportados até o porto off-shore (Porto Oceânico), a ser implantado no Litoral Norte.

#### **INTEGRAÇÃO RODOVIÁRIA:**

- Programa Caminhos da Reconstrução:



O Programa será realizado segundo as três etapas a saber:

**Etapa 1:** Identificação dos municípios ainda isolados e de seus diferentes graus de isolamento. O levantamento deverá identificar as áreas mais críticas e o nível de isolamento de cada município. A avaliação permitirá implementar integração que auxilie a Paraíba a superar a desigualdade regional e fortalecer sua unidade territorial e social. A conexão dos municípios por rodovias aos principais modais promoverá os potenciais de desenvolvimento sustentável e melhorará as condições de vida de grande parte da população paraibana.

**Etapa 2:** Mapeamento dos principais modais da região. Identificação dos meios viários mais próximos dos municípios isolados para com isso reduzir os investimentos necessários à realização das obras. A opção pela integração aos diferentes modais permite economia com relação à estratégia que tivesse por objetivo único construir rodovias que ligassem os municípios diretamente aos principais eixos econômicos. Além disso, a articulação de diferentes infraestruturas viárias em escalas geográficas distintas potencializa o desenvolvimento sustentável do estado como um todo.

**Etapa 3:** Obtenção de recursos. Para a obtenção dos recursos necessários à execução das obras, a proposta é, em iniciativa conjunta com outros estados do Nordeste que convivem com a mesma deficiência, tentar modificar a destinação dos recursos provenientes da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001. Atualmente, a distribuição proporcional aos estados ocorre com base em conjunto de critérios que leva em consideração a extensão da malha viária pavimentada, o consumo de combustíveis e a população do estado. A ideia central do projeto consiste em rever os critérios de partilha que determinam os percentuais de participação dos estados para que parte dos recursos seja destinada ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes para áreas ainda isoladas. Isso beneficiará os estados com maior carência em infraestrutura de malha viária, entre os quais se incluem a Paraíba. Segundo os critérios vigentes, a soma dos percentuais destinados aos estados da região Nordeste equivale a apenas 25% das destinações da Cide, enquanto o Estado de São Paulo recebe, sozinho, 17%. A definição das possíveis alterações na destinação da Cide será realizada em momento posterior. Inclui a

reserva de parte da Cide para financiar essa iniciativa e rever os critérios de partilha que determinam os percentuais de participação dos estados. Nenhum município da Paraíba continuará isolado por estradas de pavimentação de baixa qualidade.

- **Anel Rodoviário da Grande João Pessoa**

- **\* Perimetral Turística.**

- Trecho 1: Aeroporto – BR-101
- Início: BR – 230 em seu ponto mais próximo do Aeroporto Castro Pinto.
- Percurso: entra no município de João Pessoa pelo bairro Mumbaba, cruza a parte sul do bairro das Indústrias e do bairro do Distrito Industrial, onde encontra a BR-101.
- Fim: BR – 101, dentro do bairro Distrito Industrial.
- Comprimento: 10 km, sendo 6,3 km dentro do município de João Pessoa e 3,7km no município de Bayeux.
- Trecho 2: BR-101 – Polo Ecoturístico Cabo Branco.
- Início: BR – 101 no Bairro Distrito Industrial.
- Percurso: Rua Hortência Ribeiro de Luna (Bairro Distrito Industrial); Rua Elson Gouveia Falcon (bairro Gramame); Rua Cote. Álvaro Antero Nascimento (Bairro Planalto da Boa Esperança); Rua Telg. Chateaubriand Brasil (bairro Paratibe); Rua José Félix da Cunha (bairro Paratibe); Rotatória da PB-008.
- Fim: PB-008 – Polo Turístico do Cabo Branco.

- **\* Perimetral Norte**

- Trecho único: BR-230 em Cabedelo.
- Início: BR – 230 em Cabedelo.
- Percurso: Fora dos limites do município de João Pessoa. Envolve Cabedelo e outros municípios fronteiriços da capital.
- Fim: BR-101.
  
- Implantação da PB-008 – Norte.

- Duplicação da BR-104 entre Campina Grande e a fronteira da Paraíba com Pernambuco.
- Duplicação da BR-230 entre Campina Grande e Cajazeiras.
- **Integração Aeroportuária e Portuária.**

**\* Programa Asas da Paraíba.**

Pela primeira vez em nossa história, há em curso no Nordeste um reconhecido esforço para consolidar a aviação regional, unificando a região fisicamente. A unificação física representa o palco indispensável de obra institucional transformadora. Embora reconheça-se como prioritária a integração rodoviária e ferroviária, o estado não pode deixar de aproveitar o momento para efetuar a implantação completa de seus aeródromos em todas as regionais do Estado, conduzindo esses centros regionais para uma integração completa e implantando o desenvolvimento efetivo da Paraíba.

- Ampliação e modernização dos Terminais aeroportuários de João Pessoa e Campina Grande.
- Implantação do Terminal de Cargas do Aeroporto de Campina Grande: Aproveitamento do potencial da Rainha da Borborema com sua localização geográfica estratégica.

**\* Porto Oceânico da Paraíba.**

O Porto Oceânico da Paraíba, ressalte-se de início, não ocupa vocacionalmente o espaço atualmente preenchido pelo Porto de Cabedelo, muito menos conflita com a ideia de redirecionamento daquela instalação portuária prevista no presente Plano.

Não há viabilidade de transporte de carga mineral como a pretendida, sem que se disponha de uma profundidade (calado) compatível, o qual não pode ser economicamente alcançado em Cabedelo. Entretanto, próximo ao desemboque do sistema fluvial Sanhauá-Paraíba, no município de Lucena, os mapas batimétricos marítimos exibem profundidades que podem ser regularizadas na faixa de

viabilidade desse tipo de instalação portuária, com ordem de grandeza entre 17 e 19 metros de profundidade.

#### **\* Redefinição Vocacional do Porto de Cabedelo.**

As limitações naturais afetas ao porto de Cabedelo colocam-no em condições desfavoráveis no contexto de infraestrutura portuária disponível em estados como Pernambuco (SUAPE) e até mesmo o Rio Grande do Norte (Porto de Natal).

De fato, problemas de limitação de calado e indisponibilidade de equipamentos modernos de carga e descarga, entre outros, não permitem ao Porto de Cabedelo sequer entrar na concorrência por cargas que envolvam tonelagens demandantes de grandes embarcações, como petroleiros, transporte de minério, etc.

A proposta de redefinição vocacional do Porto de Cabedelo envolve a negociação de Parceria Público Privada (PPP), norteadada pelo princípio de ancoragem do social no econômico, estabelecendo a gradação ótima entre a estatização e o espaço de atuação da iniciativa privada. Engendra-se assim a ambiência de demanda por empregos qualificados, consequência abrigada na diretriz do presente Plano de Governo, segundo a qual a Paraíba não pode ser elegida pela iniciativa privada como local de investimentos tão somente pela vantagem de dispor de mão de obra barata.

Essa redefinição vocacional não deixará de contemplar iniciativas relevantes como: retorno da atividade pesqueira e estocagem refrigerada da fruticultura, bem como instalação de terminal turístico que servirá, inclusive, como ponto de partida que levará ao Porto Turístico Filipéia de Nossa Senhora das Neves.

#### **\* Porto Turístico Filipéia de Nossa Senhora das Neves:**

Restauração e aproveitamento do antigo Porto do Capim, localizado próximo ao Centro de João Pessoa e seu papel relevante no transporte de pessoas como ocorria nos primórdios da formação urbana da capital da Paraíba. O Porto Turístico Filipéia de Nossa Senhora das Neves pode desempenhar papel decisivo na tão sonhada revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, tantas vezes tentada, tantas vezes fracassada. Além dos benefícios advindos da atividade turística, o transporte

fluvial de passageiros das praias do litoral norte (João Pessoa e municípios litorâneos próximos) ao Centro evidencia-se como altamente competitivo em termos de custos e facilidade com relação ao atualmente conturbado cenário do transporte urbano na capital. Sob esse último modo operacional, a iniciativa se conjuga com a integração a outros meios de mobilidade existentes, como o Terminal Rodoviário de João Pessoa, o Terminal de Integração de Transporte Urbano, o Terminal Ferroviário e o sistema de BRT/VLT/VLP, com o benefício de desafogar o tráfego pelo trecho Cabedelo-João Pessoa pela BR-230.

**7.2. 2ª. Diretriz:** Instrumentalizar as duas grandes forças construtivas de uma nova Paraíba: o Empreendedorismo e a e Inovação aqui definida a partir do binômio capacitação conjugada com a inventividade tecnológica popular.

• **Dotar o Empreendedorismo emergente de meios e oportunidades para que se fomente um ecossistema economicamente favorável.**

Os dois campos de exercício focados nessa diretriz são a **indústria** e a **agricultura**. Para isso faz-se necessário promover mudanças nas políticas públicas atinentes a ambos os campos econômicos focados.

Não se pode perder de vista que, na construção do presente Plano de Governo, o empreendedorismo é viga-mestra apoiada na pilastra da inventividade tecnológica, tirando proveito do associativismo e do cooperativismo, cujos resultados ainda são incipientes.

### **7.2.1. Política Industrial.**

➤ Criação da Empresa Paraibana de Apoio ao Empreendedorismo, uma agencia de fomento construída a partir da fusão da Cinep com o Empreender Paraíba. Tal ferramenta será capaz de catalisar negócios gerados a partir da estratificação de *clusters* de desenvolvimento das diversas regiões do Estado da Paraíba.

- Implantação de zonas de processamento de exportação – ZPE's : Sua missão será promover o desenvolvimento sustentável das vocações paraibanas, mediante geração, atração e consolidação de investimentos.
  
- Recomposição do ambiente propício à atração de novas indústrias utilizando-se inteligência tributária, de forma a garantir o perfeito equilíbrio entre a renúncia fiscal e a consolidação de Distritos Industriais paraibanos competitivos, gerando assim novas oportunidades de empregos qualificados e sustentáveis.

### **7.2.2. Política da Agricultura, Pecuária e Pesca.**

A estratégia de desenvolvimento agrícola da Paraíba deve pautar-se por três ambições entrelaçadas:

- (i) Assegurar atributos empresariais à agricultura familiar, sem perder seu vínculo com a policultura ou seu compromisso com a descentralização de propriedade e de iniciativa;
  
- (ii) Agregar valor no campo com a implantação conjugada de agroindústria;
  
- (iii) Construir classe média rural forte, como vanguarda de uma massa de lavradores pobres que virá atrás dela.

A execução desta política englobará:

- Coordenação Unificada do setor público agropecuário pela SEDAP Secretária de Estado da Agropecuária e da Pesca com a participação de representantes das diversas entidades públicas (EMATER, INTERPA, EMPASA, EMEPA, PROJETO COOPERAR, FIDA e PROJETOS ESPECIAIS) para obtenção de eficiência, eficácia e efetividade na utilização de recursos humanos e instalações;
  
- Utilização de Inteligência Tributária com objetivos de manter a atividade agrícola sustentável e superavitária, oferta permanente da produção, defesa do produtor regional, obtenção de desenvolvimento sustentável e demais ações efetivas que recuperem ou mantenham a lucratividade do setor agrícola, com

especial atenção para os produtos de maior participação econômica e de geração de empregos;

- Aproximação do Setor Público com o Setor Privado para a identificação dos problemas e planejamento de ações conjuntas para obtenção do Desenvolvimento Sustentável, da revitalização deste segmento econômico, da geração de emprego e renda, crescimento do Cooperativismo e do Associativismo, elaboração de Plano de Capacitação Técnica e Gerencial para todos os atores do processo produtivo, identificação de potencialidades e carências regionais a serem supridas no setor rural, disseminar a utilização de tecnologias no enfrentamento das adversidades climáticas, o incentivo ao turismo rural e demais interesses comuns;
- Utilização da Internet com implantação de um canal de comunicação permanente para concentrar a divulgação de todas as ações dos setores públicos e privados do segmento;
- Revitalização e soerguimento dos Perímetros de Irrigação a exemplo do PIVAS Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa, Piancó I, II e III, Lagoa do Arroz que somados atingem aproximadamente 10 mil hectares;
- Implantação de novos Perímetros de Irrigação tendo como fonte hídrica o Canal de Interligação Acauã-Araçagi (16 mil hectares) e o Canal do Sertão Paraibano (Várzeas de Pombal – 25 mil hectares);
- Celebração de Convênios e Parcerias com demais integrantes do Setor Público, de modo especial com a EMBRAPA e entidades públicas detentoras de tecnologias já experimentadas;
- Incremento de produtividade com a utilização de novas tecnologias (pesquisa, experimentos e extensão);
- Melhoria da Logística de escoamento da produção e acesso do produtor ao mercado;

- Gestões junto ao Governo Federal para potencialização do Terminal Pesqueiro já instalado no Porto de Cabedelo para o retorno da Frota Pesqueira em primeiro plano inclusive com a utilização de atrativo tributário utilizado nos demais estados e de forma complementar realizar a sua transformação para Implantação de um centro de exportação de frutas do Nordeste, dado as suas peculiaridades em termos de localização, de rápida atracagem dos navios frigoríficos e navegação de cabotagem;
- Incremento das ações do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos para absorção desta produção da agricultura familiar e distribuição para os entes públicos (saúde, educação, segurança pública);
- Retomada do Programa Tarifa Verde, para redução dos custos da energia elétrica rural, quando utilizada para fins de irrigação;
- Estimulação a utilização de energia solar no meio rural;
- Revitalização das APP's (Áreas de Preservação Permanente) a exemplo do Rio Paraíba, com plantio de essências florestais e frutíferas, adaptáveis à região para proteção da Bacia Hidrográfica;
- Retornar a produção pela Emepa de sementes de milho, feijão e sorgo para distribuição com produtores familiares;
- Implantação de Serviço Meteorológico Permanente para subsidiar a produção rural;
- Expansão dos Polos Têxteis de Itaporanga e São Bento. Realização de experimentos com variedades de algodão resistentes à praga do bicudo em áreas de produção sequeira e irrigada;
- Soerguimento da Defesa Sanitária Animal e Vegetal, e existindo equilíbrio financeiro do estado, criação da Agencia Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, aquisição de equipamentos e veículos, capacitação de agentes públicos e instalação de Laboratório para análises de leite (cabra e Vaca) e seus derivados;



- Estimulação da autosuficiência na produção de produtos agrícolas de modo especial as verduras e hortaliças oriundas dos estados vizinhos;
- Desenvolvimento de Programas e Ações Complementares para Manutenção do Homem no Campo a exemplo do incremento das Quotas do Garantia Safra, implantação da escola rural, produção e distribuição gratuita de sementes, incentivo a piscicultura com peixamento permanente dos mananciais para obtenção de proteína de forma gratuita, desenvolvimento da aquicultura e cajucultura;
- Formalização de Acordo de Cooperação Técnica com a EMBRAPA para realizar experimentos de novas culturas no semiárido a exemplo da pera, maçã, variedades de algodão resistente ao bicudo e milho de alta produtividade adaptado ao semiárido (já cultivados na Índia e África). Realizar experimentos com a palma frutífera, produtora do figo da Índia já cultivado em São Paulo e em face de seu alto valor agregado;
- Implantação do Projeto Paraíba na Rede - extensão pesqueira e aquícola;
- Regulamentação da legislação estadual para a exploração da carcinocultura a exemplo de outros estados nordestinos,
- Utilização racional dos Espaços Públicos existentes nos Parques de Exposição de Animais de João Pessoa e Campina Grande com Implantação de Lojas de comercialização permanente de equipamentos e implementos agrícolas, representações de Laboratórios de melhoramentos genéticos; farmácia veterinária; salas comerciais para treinamento e capacitação de produtores em novas tecnologias, realização de eventos mensais e feiras anuais;
- Implantação de uma Clínica Veterinária no Parque de Exposições de Campina Grande apropriada ao atendimento de animais de Grande Porte para tratamento dos acidentes com animais de grande valor econômico da Paraíba e estados vizinhos;

- Construção do quartel da Cavalaria da Polícia Militar em João Pessoa para desocupação dos Parques de Exposição de Animais;
- Construção do quartel da Cavalaria da Polícia Militar em Campina Grande e das Instalações da Feira Semanal de Animais em terreno de 7,80 hectares, anexo ao Parque de Exposição de Animais, desapropriado pelo Decreto 30.666 publicado no DOE edição de 10/09/2009;
- Fortalecimento da cadeia produtiva do leite caprino, através da reestruturação do PAO-LEITE para distribuição com as famílias em risco nutricional;
- Fomento a Agregação de Valor para os laticínios, a exemplo do leite de cabra, para produção de queijos finos de grande aceitação no mercado nacional e internacional;
- Gestões junto a CONAB para incremento da oferta de ração animal em quantidade suficiente com a demanda;
- Incentivo ao respeito ao meio ambiente com inserção do segmento nos eventos promovidos pelo Estado e a participação efetiva da SEE no processo de formação do cidadão nas questões ambientais e a legislação vigente de modo especial quanto à utilização de defensivos agrícolas e a defesa da saúde dos consumidores;
- Desonerar a obtenção de licenciamento ambiental e outorga de uso d'água para produtores vinculados ao PRONAF;
- Manter a pesquisa e busca permanente de novas tecnologias para o enfrentamento da estiagem e da seca e ampla divulgação de tecnologias já existentes;
- Manutenção de serviços de monitoramento e previsão climática;
- Elaboração de Programas de Execução de cisternas e de abastecimento de água;

➤ Incentivo a utilização econômica das águas provenientes do rejeito da utilização de dessalinizadores;

Celebração de Convênios com os diversos órgãos do Governo Federal para execução de Programa Permanente de construção de cisternas e perfuração de poços, a exemplo do Programa Água Doce;

### **7.2.3. Inovação aqui definida a partir do binômio capacitação conjugada com a inventividade tecnológica popular:**

Essa diretriz instrumentaliza a 2ª força construtiva mencionada, ou seja, a inventividade tecnológica em escala inclusiva.

As dimensões essenciais a serem trabalhadas são a **educação e juventude** dentro do Eixo de Integração para a Melhoria da Qualidade de Vida, levando em conta que a Paraíba dispõe de uma realidade sócio – econômica e educacional superior contraditória em pleno ano de 2018, se levado em conta nossa vocação econômica fragilizada e, noutra ponta, pujança científica, conceitual e de resultados de nossas Universidades Federais no ranking do Brasil.

É sabido que há tempos com a economia primária paraibana perdeu força porque as culturas básicas da agricultura (algodão, sisal, abacaxi, etc) perderam a hegemonia de mercado e da auto-sustentação. O segmento de serviços ocupou a posição. Dos anos 60 para cá não houve até hoje um novo vetor econômico para impulsionar o desenvolvimento.

O recente ranking deste ano divulgado pelo INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial – aponta que as Universidades Brasileiras TOPs no registro de patentes (invenções científicas) foram: 1º) Campinas SP, 2º) UFCG, 3º) UFMG, 4º) UFPB e 11º) IFPB.

Como se comprova, a Paraíba tem nas suas Universidades Públicas – incluindo no contexto as UEPB – a reconhecida Base do conhecimento que precisa criar mais pontes e diálogos para transformarmos esta Competência para a consolidação de